

Afazer doméstico: um trabalho de cuidados que precisa ser decente



» ANA VIRGINIA MOREIRA GOMES
Diretora Regional da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para América Latina e Caribe

Todo dia 16 de junho, Dia Internacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Domésticas, nos lembramos de uma verdade: trabalho doméstico é trabalho de cuidados. Isso é afirmado pela Resolução sobre Trabalho Decente e Economia do Cuidado, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em junho de 2024. O trabalho de cuidados é essencial para o funcionamento de nossas sociedades, mas historicamente tem sido invisível e desprotegido. Todos nós cuidamos e seremos cuidados ao longo de nossa vida. Portanto, é essencial que o trabalho de cuidados, incluindo o doméstico, esteja no centro das políticas públicas.

Este ano, comemoramos o 14º aniversário da adoção da Convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que reconhece os direitos fundamentais dos trabalhadores e das trabalhadoras domésticas. Esse instrumento marcou uma virada na luta por trabalho decente nesse setor.

A América Latina e o Caribe lideraram a sua ratificação, com avanços legislativos significativos em pelo menos oito países que reformaram ou criaram leis específicas para eliminar a discriminação contra as trabalhadoras domésticas. Em outros casos, regulamentações trabalhistas foram adaptadas e litígios estratégicos foram utilizados, como no México e em El Salvador, para ampliar a

cobertura dos direitos.

No entanto, a lacuna entre as regulamentações e a realidade cotidiana permanece profunda. Hoje, o trabalho doméstico remunerado segue marcado por grandes desigualdades. Na região, 91% das pessoas que o realizam são mulheres. Dessas, 72% não têm acesso a empregos formais, o que limita seu acesso à seguridade social, à proteção legal e às condições de trabalho básicas. Mais de 35% são migrantes, o que frequentemente implica uma dupla vulnerabilidade, devido à sua situação profissional e imigratória.

As condições de trabalho continuam precárias. Em vários países da região, as taxas de informalidade no trabalho doméstico ultrapassam 75%. Muitas trabalhadoras ganham abaixo do salário mínimo legal, e uma parcela significativa ganha apenas o salário mínimo estabelecido.

Além disso, o trabalho doméstico infantil continua sendo uma das formas mais invisíveis e normalizadas de trabalho infantil na América Latina e no Caribe. Milhares de meninas são forçadas a abandonarem a escola e assumirem tarefas de cuidados não remuneradas, sem redes de segurança ou apoio institucional adequado.

A jornada de trabalho excessiva persiste: muitas trabalhadoras domésticas trabalham até 60 horas por semana, enquanto outras, em situação de subemprego, trabalham menos de 20 horas, o que as impede de acessar benefícios contributivos. Soma-se a isso a exposição a múltiplos riscos, incluindo violência e assédio.

Até 2024, o emprego no trabalho doméstico remunerado seguiu abaixo dos níveis pré-pandemia. A jornada média de trabalho diminuiu em muitos casos devido ao aumento

dos contratos de meio período. Essa redução representa um obstáculo adicional para a formalização e a proteção social.

Esse cenário é ainda mais preocupante quando analisado no contexto da crise de prestação de cuidados que nossa região enfrenta. O envelhecimento populacional acelerado — com uma projeção de 18,9% de pessoas com mais de 65 anos até 2050 — aumentará a demanda por cuidados, tradicionalmente assumidos por mulheres, tanto na família quanto no ambiente de trabalho.

A OIT propôs um roteiro concreto — "Tornar o trabalho doméstico um trabalho decente: investir em cuidados". Essa estratégia se baseia em cinco pilares fundamentais: formalização; igualdade de direitos com outros trabalhadores assalariados; valorização do trabalho doméstico; fortalecimento do diálogo social; e promoção de políticas de saúde e segurança adaptadas ao setor. A estratégia está em andamento em países como Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica e México, e esperamos que mais países se juntem a esse compromisso de mudança.

Garantir trabalho decente para trabalhadoras domésticas é uma questão de justiça social, mas também uma estratégia de desenvolvimento. Cuidar de quem cuida é essencial para construir sociedades mais solidárias, resilientes e sustentáveis. Como disse Luiza Batista (in memoriam), presidenta do Conselho Nacional dos Trabalhadores Domésticos do Brasil, "meu sonho é que recuperemos os direitos trabalhistas, que as trabalhadoras domésticas sejam respeitadas e valorizadas... que tenhamos políticas que garantam a dignidade. Sonhar não custa nada e acredito que esse sonho um dia pode se tornar realidade."



Educação antirracista: quando a escola se reconhece parte do problema e da solução



» ANA PAULA YAZBEK
Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), especialista em educação de crianças de zero a três anos pelo Instituto Singularidades, e diretora do espaço ekoa, em São Paulo

Episódios recentes e muito graves de racismo entre alunos têm demonstrado como a escola, para além de um espaço de formação ética e cidadã, é também lugar onde as contradições sociais emergem com força. Os resultados quase sempre envolvem polícia, superexposição do caso na imprensa, expulsões de agressores e consequências físicas e psicológicas incalculáveis para as vítimas.

Antes de tudo, é preciso levar em consideração que, ainda que a educação seja frequentemente evocada como o caminho para a superação das desigualdades, ela própria, muitas vezes, reproduz essas marcas. Dados do Censo Escolar de 2023, divulgados pelo Ministério da Educação, mostram que estudantes pretos e pardos representam a maioria da educação básica no Brasil, com 55% das matrículas entre os alunos com cor declarada.

Diante disso, muitas escolas têm se perguntado: o que fazer com o racismo ambiente escolar? Como criar respostas pedagógicas que acolham, responsabilizem e transformem?

Respostas necessárias e urgentes por parte das instituições de ensino devem incluir a

estruturação de protocolos específicos para lidar com situações de racismo e outras formas de discriminação. Esses documentos surgem da escuta da comunidade escolar e buscam garantir um direcionamento claro: amparar quem sofreu a violência, ouvir todas as partes envolvidas e construir um caminho de reparação e transformação. Não se trata de aplicar punições automáticas, mas de promover um processo formativo, especialmente quando os atos vêm de crianças e adolescentes.

É comum que esse trabalho inclua perguntas que provoquem empatia e autorreflexão: "Como você acha que a outra pessoa se sentiu com o que aconteceu?" ou "O que você pode fazer para reparar o que causou?". Quando sustentadas por um projeto pedagógico consistente, essas intervenções têm mais potencial de promover transformações significativas ao longo do tempo.

Além disso, algumas escolas vêm revisando seus currículos à luz da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), exigida por leis de 2003. Essa revisão curricular busca garantir a presença de autores e saberes negros, indígenas e de outras perspectivas historicamente invisibilizadas, promovendo uma educação mais representativa e plural.

No cotidiano escolar, isso pode significar desde a escolha criteriosa de livros e imagens até a construção de projetos pedagógicos que tratem da ancestralidade, da cultura afro-brasileira e da valorização da diversidade. Também implica ouvir estudantes, famílias e educadores com atenção diante

de situações de violênciasimbólica ou direta — e agir. Mas é preciso ir além do que está previsto em lei.

O espaço ekoa, por exemplo, estabeleceu uma carta de princípios com seus diferentes públicos — famílias, fornecedores, equipes — reafirmando um compromisso coletivo com práticas inclusivas. Para tanto, constituiu comitês permanentes dedicados ao acompanhamento de temas como gênero, intolerância, sustentabilidade e relações étnico-raciais. Com isso, a escola reconhece que boas intenções não bastam: é preciso criar estruturas permanentes que sustentem o compromisso com a equidade.

Quando perguntamos o que fazer com o racismo na escola, talvez a resposta mais honesta seja começar reconhecendo que ele está presente. E que não se trata de um problema individual, mas social e histórico. O desafio está em construir respostas que não silenciem, mas que convidem à escuta, ao acolhimento e à ação pedagógica intencional. Nesse sentido, não só a escola, mas todas as instituições sociais ainda têm muito o que avançar para superar uma lógica punitivista, que promovia uma cultura de paz.

A educação antirracista exige presença, preparo e constância. Ela se constrói todos os dias — nos currículos, nas interações, nas escolhas institucionais e na coragem de lidar com situações que geram desconforto. Não há soluções simples ou rápidas, mas há caminhos possíveis — e cada passo dado em direção à equidade faz diferença na vida de quem aprende e de quem educa.

Concentração no mercado: a fusão Petz-Cobasi e o risco à concorrência



» MARCIO WALDMAN
Médico veterinário, fundador e integrante do conselho da Petlove

O mercado pet brasileiro vive uma encruzilhada. Com mais de 160 milhões de animais de estimação em todo o país, o setor ganhou escala, diversidade e importância econômica. Atualmente, 74% das famílias brasileiras têm pelo menos um pet — o que torna esse segmento um dos mais relevantes para a economia doméstica. No entanto, a recente decisão da Superintendência-Geral (SG) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que aprovou a fusão entre Petz e Cobasi sem restrições reacende um alerta sério: a concentração excessiva pode afetar diretamente preços, inovação e acesso a produtos e serviços para milhões de tutores.

O alto risco de concentração de mercado foi, inclusive, um dos pontos de atenção sinalizados pela própria Superintendência-Geral do órgão, que identificou essa ameaça tanto no mercado físico quanto on-line. No meio digital, esse percentual pode chegar a preocupantes 50% e seria ainda superior se fossem desconsiderados os marketplaces, que exercem pressão competitiva limitada para as marcas.

A apreensão não é infundada. Estudo recente do economista Gesner Oliveira, feito de acordo com metodologia comumente utilizada pelo Cade, mostra que a eventual união das duas gigantes vai gerar incentivos a aumentos de preço, o que implica riscos concorrenciais e danos aos consumidores dos mercados pet no Brasil, afetando quase três quartos da população brasileira. Esse tipo de cenário foi observado em outros setores e, frequentemente, resulta em diminuição da concorrência, elevação de preços e empobrecimento da oferta.

Em um primeiro momento, fusões dessa natureza podem até resultar em estratégias promocionais agressivas. Mas, historicamente, essa redução pontual nos valores é uma tática para sufocar pequenos e médios concorrentes que não conseguem competir no mesmo ritmo. Com o tempo, o mercado perde diversidade, e o consumidor acaba pagando mais — em um setor que, por definição, deveria priorizar o bem-estar animal e o acesso democrático aos cuidados veterinários e à nutrição adequada.

A estrutura atual do setor é desafiadora. Cerca de 50% dos cães domiciliados no Brasil não consomem ração comercial — muitas vezes, por questões de custo. Apenas 16% dos tutores utilizam vermífugos, antipulgas ou carrapaticidas regularmente. E 30% dos pets visitam o veterinário apenas uma vez ao ano, quando a frequência ideal seria bem maior. Em um país com renda per capita limitada e desigualdade de acesso a bens e serviços, o aumento nos preços tende a excluir ainda mais famílias do cuidado básico com seus animais.

Além disso, a fusão impacta profundamente os fornecedores, que ficarão à mercê de um grande comprador com poder de barganha muito superior. Isso não apenas fragiliza a cadeia produtiva — reduzindo margens e dificultando a inovação — como compromete a diversidade de produtos nas prateleiras. A saúde dos pets depende diretamente da qualidade e variedade de alimentos, medicamentos e acessórios, e a perda de concorrência pode comprometer esse ecossistema.

O Cade, agora, com o processo em análise pelo Tribunal, tem um papel crucial. A decisão final precisa considerar o impacto real sobre a concorrência, a cadeia produtiva e, sobretudo, os consumidores. É necessário garantir um ambiente de competição saudável, inovação constante e preços justos.

É também um erro tratar o impacto da fusão apenas sob o ponto de vista econômico. O cuidado com os animais é uma questão de saúde pública, de empatia social e de bem-estar coletivo. A democratização do acesso aos serviços veterinários e produtos pet deve ser vista como um compromisso público. Um mercado concentrado demais tende a marginalizar milhões de tutores que hoje já enfrentam dificuldades para cuidar de seus animais — e isso não pode ser ignorado.

A trajetória da Petlove, assim como de outras iniciativas do setor, foi construída em um contexto em que a digitalização, o serviço personalizado e a expansão regional foram diferenciais importantes para aumentar o acesso. Mas não se trata de exaltar uma única empresa: o que está em jogo agora é a pluralidade do mercado, a saúde dos pets e a autonomia de escolha do consumidor.

O futuro do mercado pet no Brasil precisa ser construído com base na concorrência justa, na regulação eficiente e no compromisso com o bem-estar animal. O Tribunal do Cade tem diante de si uma decisão que não se limita à análise de balanços e fatias de mercado. Trata-se de proteger o direito de milhões de famílias brasileiras de oferecer o melhor aos seus companheiros de quatro patas — sem que isso se torne um privilégio de poucos.